

ESTUDOS CULTURAIS NO BRASIL: A TRADIÇÃO SOCIOLOGICA'

Fernando C. Dias".

RESUMO. O trabalho examina, de um ponto de vista diacrônico, a explanação de temas culturais dentro do pensamento social brasileiro. Levam-se em conta, simultaneamente, as fontes teóricas em que se fundamentam os textos analisados. Discute-se o assunto na perspectiva de uma Sociologia da Cultura que toma em consideração a diversidade de aspectos do sistema cultural.

Propõem-se, preliminarmente, como incluídos na categoria, as análises conceituais; os estudos sobre manifestações culturais; as interpretações da estrutura social feitas predominantemente sob o ângulo da dimensão cultural; os ensaios de caracterização da cultura brasileira.

Anota-se uma periodização que supõe etapas em que se forma o pensamento sociológico, em que este transita para a institucionalização e em que se consolida de forma definitiva. Para cada momento, assinala-se uma obra representativa, sob o ponto de vista cultural; apreciam-se, sucessivamente, textos de Silvio Romero, Gilberto Freyre e Antônio Cândido.

Especial atenção se dedica, a seguir, aos escritos de natureza sociológica voltados para o tema da cultura brasileira. São considerados, dentre outros, trabalhos de Fernando de Azevedo, Renato Ortiz e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Discute-se, por fim, a perspectiva atual, sob os aspectos teóricos e metodológicos, dos estudos culturais no Brasil.

Trabalho apresentado no "Encontro de Sociologia da cultura: política da identidade e da diferença", realizado na UnB em junho de 1992.

Fernando C. Dias é pesquisador pelo CNPq junto ao Centro de Estudos Mineiros, da FAFICH/UFMG.

Sociedade e Estado, vol VIII, n° 1 e 2/1994.

INTRODUÇÃO

Destina-se o presente ensaio a examinar a tradição dos estudos culturais no Brasil, dentro da vertente sociológica. Haverá anotações preliminares de ordem geral e referências a fontes teóricas, inclusive do exterior, que serviram de fundamento a estes escritos.

Delimitemos o que se deve entender por “estudos culturais”. Na prática intelectual brasileira é possível identificar, dentro da categoria em foco, as seguintes modalidades: a) análises conceituais; b) apreciações sociológicas a respeito de manifestações culturais; c) estudos de aspectos da estrutura social, percebidos predominantemente sob o ângulo da dimensão cultural; d) caracterização da cultura brasileira e discussão de assuntos correlates, tais como *identidade e regionalismo*.

O intento não é propor exaustiva revisão ou resenha da aludida área de estudos: é tão-somente o de indicar as principais linhas de pesquisa e reflexão, além das obras mais representativas nesse campo; estas últimas serão escolhidas segundo etapas de determinada periodização. Far-se-á também o exame das recentes tendências dos estudos culturais. Todas as considerações deverão convergir para o entendimento e a delimitação do campo de uma Sociologia da Cultura no Brasil.

CONCEITO SÓCIO-ANTROPOLÓGICO

A noção de cultura a ser aqui adotada é a que vem predominando, nos textos de ciências sociais, nos últimos 120 anos. O fato cultural passou a significar menos um corpo de saberes especializados ou o grau de ilustração (individual ou grupai), e mais o modo de vida das coletividades humanas.

Coube à Antropologia, fundando-se em estudos concretos de sociedades simples, oferecer contribuições consistentes e precursoras para que se construísse o novo conceito. Teve a Sociologia maiores dificuldades epistemológicas na definição do universo cultural.¹

Num verbete de dicionário de Sociologia, Claude Rivière nos transmite uma síntese feliz do percurso do conceito de cultura, acentuando o ponto de inflexão representado pela abordagem antropológica. Vale a pena citá-lo e comentá-lo.

Afirma que a palavra “cultura” surge no final do século XI, denotando, especialmente, um trecho de terra destinado à produção de vegetais; “torna-se sinônimo de agricultura (cultura alimentar, cultura forrageira, policultura)”.

Os humanistas do Renascimento, em meados do século XVI, começam a utilizá-la no sentido figurado: a cultura do espírito. Já no século XVIII, a palavra passa a significar o cultivo em ciências, letra e artes, tomando-se símbolo das Luzes. Hobbes designa por cultura “o trabalho de educação do espírito em particular durante a infância. O homem cultivado tem gosto e opinião, requinte e boas maneiras”.

Vem depois, no século seguinte, a mudança no rumo conceituai:

No século XIX, a palavra “cultura” (Kultur em alemão) tem por sinônimo “civilização” (termo preferido pelos franceses). Mas, ao passo que E. F. Tylor (1871) define a cultura servindo-se do desenvolvimento mental e organizacional das sociedades, como “esse todo complexo que inclui os conhecimentos, as crenças religiosas, a arte, a moral, os costumes e todas as outras capacidades e hábitos que o homem adquire enquanto membro da sociedade”, a antropologia cultural americana, uns sessenta anos mais tarde insiste no desenvolvimento material e técnico e na transmissão do patrimônio social. Segundo os culturalistas, a cultura, enquanto modo de vida de um povo, é uma aquisição humana, relativamente estável mas sujeita a mudanças contínuas que determinam o curso das nossas vidas sem se impor ao nosso pensamento consciente (Rivière, 1990, 62-63).

Vejamos outra proposta para aprender essa mesma evolução. Em perspectiva que procura dar conta da complexa trama da vida moderna na etapa industrial, Raymond Williams mostra claras ou sutis transformações experimentais por algumas palavras-chave, inclusive e principalmente o termo **cultura**, que significava anteriormente “tendência a crescimento natural”.

De forma analógica, passou depois a ter o sentido de “processo de treinamento humano”; desse significado, quase sempre implicando “cultura de alguma coisa”, passou-se, no século XIX, ao de “cultura como tal, bastante por si mesma”. A partir de então, sucedem-se novas acepções: “um estado geral ou disposição de espírito”, relacionado com a “idéia de perfeição humana”; “o estado geral de desenvolvimento intelectual no conjunto da sociedade”; o “corpo geral das artes” e, finalmente, a acepção de “todo um sistema de vida, no seu aspecto material, intelectual e espiritual” (Williams, 1969, 18).

Para concluir as considerações preliminares sobre o assunto, que precedem a análise do contexto histórico condicionante das referidas alterações semânticas, Williams afirma que

cultura significava um estado ou um hábito mental ou, ainda, um corpo de atividades intelectuais e morais; agora significa também todo um modo de vida. Essa evolução, como a dos significados originais e a de suas relações, não é acidental, mas geral e profundamente importante (Williams, 1969, 20).

No decorrer das décadas contemporâneas, persiste, no mundo acadêmico, o entendimento da cultura como modo de vida vigente em determinada coletividade humana. A emergência de uma sociedade intrinsecamente

tecnológica e de massas induziu, porém, uma nova dimensão da realidade cultural, dimensão essa para a qual convergem os esforços de compreensão (e crítica) da Sociologia e da Filosofia Social.²

Retomando ao verbete de Claude Rivière, acima referido, verificaremos que o último parágrafo resume bem as modificações trazidas pelas mudanças sociais recentes. Afirma que o sentido atual do termo cultura reporta aos “meios de comunicação do saber nas sociedades em rápidas transformações e nos objetos simbólicos produzidos por uma sociedade para veicular valores”. Lembra “os mitos, noções, imagens e modelos espalhados em certos grupos sociais (cultura popular, cultura de elite) e por certos canais de difusão do saber”. Trata-se da cultura de massas, difundida pela **mídia** e dirigida a públicos amplos. Sobre tudo isso incide a atenção dos observadores.

Fala, a seguir, do objeto da Sociologia da Cultura, vinculada à sociedade de conhecimento. Leva em conta “os criadores das obras simbólicas pelas quais se expressam representações do mundo, relação das obras e do autor com a sociedade na qual eles operam, o sistema de produção das obras do espírito e o campo ideológico onde se situam os emissores e receptores das obras culturais” (Rivière, 1990, 62-63).

Embora se destaque aí a criação individual, o quadro sinteticamente descrito abrange, evidentemente, a **cultura popular de massas**. Em trabalho que se comentará depois, Renato Ortiz registra um longo silêncio dos intelectuais brasileiros, ante a efetiva vigência dessa dimensão da cultura no país (Ortiz, 1988, 13-37).

Vale mencionar agora o aparecimento, em época recente, da idéia de sistema cultural. Talvez possamos considerar o uso desse conceito como pressuposto à construção de uma Sociologia da Cultura, até mesmo no caso brasileiro.

Sistema cultural significa o conjunto por meio do qual se exprime “de modo mais ou menos coerente e com sentido unitário”, a interdependência entre as diferentes partes que compõem a cultura, isto é, as instituições, integrando pautas e valores (Munné, 1974, 482).

Propõe-se a divisão do sistema cultural em três subsistemas “que se condicionam reciprocamente”. O primeiro, dito ideológico, se forma de “pautas internas tanto reais como ideais”. Envolve conhecimentos desde a filosofia, a religião e a ciência, até o saber prático e popular em suas diversas manifestações. Envolve ainda, valores comuns e formas de julgamento. O segundo, abrange as pautas externas, constituídas por usos, costumes e normas que vigem em cada sociedade. Vem depois o terceiro subsistema cultural, o tecnológico, tomado o termo em sentido amplo: compreendendo desde utensílios simples a máquinas complexas; abrangendo simultaneamente adornos superficiais e bens imprescindíveis à sobrevivência. “Essas técnicas supõem uma dominação e um controle relativos, mas de tendência progressiva, da natureza, permitindo a sobrevivência física e social dos homens” (Munné, 1974, 482-483).

O antropólogo americano Leslie White, nos seus últimos tempos de vida, interessou-se de perto pelo assunto dos sistemas culturais. Incumbiu-se, no âmbito da renovação da teoria da cultura — e na perspectiva de uma conhecida e estrita posição evolucionista — de retomar, ordenar e explicitar as noções fragmentárias existentes sobre o tema desde o século XIX, quando se falava em “organismos sociais”. Mostrou o surgimento do conceito, a resistência a ele oposta por grandes cultores das ciências sociais (entre eles Franz Boas) e as inovadoras formulações posteriormente elaboradas, em especial pelos antropólogos funcionalistas (White, 1978, 11-13).

O ensaio em que o conceito é amplamente discutido apresenta subtítulo expressivo: “como compreender tribos e nações”.

No processo evolutivo da cultura, a tribo e a nação são as duas principais formas de sistema cultural; constituem, aliás, os únicos sistemas culturais significativos da história humana. São os mais compactos, os melhor integrados, os mais viáveis e duradouros organismos sociais que a evolução cultural produziu (White, 1978, 167).

Descreve os laços profundos da organização tribal, instituídos pelos elos de parentesco e pela partilha imediata da natureza; mostra como a Revolução Agrícola enfraqueceu as sociedades pré-letradas e começou a forjar o novo tipo de sistema cultural, o do Estado-nação.

“Tanto a tribo como a nação”, afirma, “são sistemas que se fundem e se preservam graças ao mais poderoso dos elos: a lealdade tribal e o patriotismo nacional.” (Idem: 168). Segue-se a descrição dos conflitos internos que afetaram as sociedades civis e as nações, sem, entretanto, desintegrá-las.

O conceito de sistema cultural, que se aplica à dimensão da cultura enquanto conceito antropológico, é análogo ao conceito sociológico de sociedade global, que se relaciona com a dimensão da estrutura social: ambos são essencialmente **gestálticos**; exprimem, respectivamente, unidade e soberania social.³

No caso brasileiro, entretanto, a cultura nacional apresenta-se valendo-se de múltiplas faces, para cuja apreensão talvez seja ainda necessário e útil o uso simultâneo ou alternado dos pontos de vista nacional e tribal, sem prejuízo do apelo a outros visíveis critérios de diferenciação interna.

MOMENTOS DE VISÃO SOCIOLÓGICA

Nos dois resumos acima comentados (o de Williams e o de Rivière), aparecem notícias de variações históricas do significado da palavra **cultura**, algumas certamente com repercussão no Brasil. Mas não se pretende fazer aqui o levantamento do percurso desse conceito na inteligência brasileira, através dos tempos. Registram-se apenas dois fatos neste terreno, merecedores ainda de

análise: a presença viva de uma tradição ilustrada desde o século XVIII e a vaga idéia de “civilização brasileira” (correlata à de cultura) no início deste século.

O presente ensaio se limitará, conforme já expresso, em lembrar as contribuições oferecidas à compreensão de nossa realidade cultural pelo pensamento sociológico brasileiro, cujas origens, segundo consenso geral dos historiadores, remontam ao final do século XIX. Para a tarefa, pensamos em recorrer a uma das várias interpretações da evolução da Sociologia no Brasil. São muitas; optamos pela de Antônio Cândido, que vai além dos aspectos institucionais, propondo uma contextualização corrente e indicações básicas de natureza imanente sobre os textos lidos.

Contempla a época a se estender desde 1880 até a década de 1950. Propõe uma divisão em três períodos: o de formação, que se inicia em 1880 e vai a 1930; a década de 1930, representando a transição, com fecundas iniciativas no campo do ensino e com o aparecimento de boas obras pioneiras destinadas a se tomarem clássicas; e o que se inicia por volta de 1940, correspondendo à “consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação” (Cândido, 1967, 2107).

Em cada um desses períodos, aparecem, em forma sintética mas sugestiva, as obras e fatos mais relevantes. No tempo da formação, as fases mostram-se sucessivamente: a das primeiras abordagens teóricas e de exame da sociedade sob o ângulo evolucionista dos trabalhos monográficos dedicados à interpretação sistemática de aspectos da realidade sociocultural; a de busca de uma visão teórica geral do Brasil, por meio, simultaneamente, de uma teoria atualizada e da pesquisa empírica do presente.

A obra pioneira de Sílvio Romero está presente na primeira e na segunda dessas fases; no segundo caso, encontram-se seus aplicados trabalhos de pesquisa constantes dos volumes: *A poesia popular no Brasil* (1880), *Contos populares no Brasil* (1883) e *Cantos populares no Brasil* (1885).

Antônio Cândido assinala:

Talvez a primeira manifestação do que seria considerado sociologia no Brasil durante quase meio século se encontre na Introdução à História da Literatura Brasileira (1881), onde Sílvio Romero estabelece as diretrizes que orientaram por muito tempo os estudos sociais no Brasil, ao interpretar o sentido da evolução cultural e institucional segundo os fatores naturais do meio e da raça (Cândido, 1967, 2107).

Deve-se ponderar que se trata também do primeiro escritor a cuidar da cultura brasileira do ponto de vista sociológico. Mais tarde, em 1906, nas “conclusões gerais” que acrescentou àquele escrito introdutório, Sílvio Romero dirá que “a literatura é apenas um ramo das criações artísticas, a arte da palavra escrita ou falada”, acrescentando que, “como toda a arte, não passa de um

capítulo da sociologia, qual acontece à religião, à moral, ao direito, à política, à ciência, à indústria”. Diz, por fim, que “o fundamento de toda a sociologia, a sua condição primordial, vêm a ser - **terra e gente**, o meio e a população” (Romero, 1990, 266). Daí o apelo, na compreensão da cultura (especialmente a literatura) brasileira, a categorias analíticas disponíveis na ciência da época, as do meio natural e da raça. Examina também a influência das literaturas estrangeiras em cada momento histórico.

Sílvio Romero torna-se, desse modo, figura pioneira e exponencial dos estudos culturais, destacando-se, sob esse aspecto, no período de formação da sociologia no Brasil.

No período seguinte, de transição, a figura dominante, no pensamento sociológico, entre nós, é Gilberto Freyre. Seu nome aparece sempre associado, nos balanços historiográficos recentes, aos de dois outros notáveis autores, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., pelo fato de terem os três publicado, na década de 1930, obras fundamentais para o conhecimento e interpretação da sociedade brasileira. No presente trabalho, dadas suas finalidades, cuidaremos apenas de Gilberto Freyre, por causa da visão socioantropológica que imprimiu ao livro *Casa Grande & Senzala*, cuja primeira edição apareceu em 1933.

A obra se destaca, segundo Antônio Cândido, pelo fato de que o autor nela “retomou, refundiu e transfigurou numa síntese original, como fazem os renovadores”, temas que se esboçavam, dissociados e fragmentários, na pena de nossos pré-sociólogos, desde o último quartel do século XIX. Tais temas eram: “papel das etnias constitutivas, mestiçagem, escravidão, família patriarcal, mandonismo, variações regionais, etc”. Estudando latifúndio, escravidão e monocultura, o historiador e sociólogo estabeleceu entre esses termos uma “correlação amplamente fundamentada”. Sobre o sistema assim construído, definiu “estrutura e função da família da camada dominante, como fulcro de toda a sociedade colonial, como único ponto de reparo a que se podiam referir as normas sociais nos séculos de formação” (Cândido, 1967, 2115).

Gilberto Freyre preparara-se devidamente para essa obra original. Por um lado, possuía conhecimento extenso da documentação existente quanto à história social brasileira e teve acesso, trabalhando-as de forma criadora, às fontes não utilizadas até então por outros autores, tais como os documentos íntimos de famílias patriarcais.⁴ Por outro lado, encontrava-se munido de categorias analíticas que aprendera no exterior; algumas delas, como a de **cultura**, estavam sendo reelaboradas por cientistas sociais anglo-saxões quando Gilberto Freyre andou por universidades inglesas e americanas, como aluno e, depois, como professor visitante; teve, assim, um conhecimento direto e vivo de novas ferramentas para a compreensão do mundo sociocultural.

Já na primeira edição de *Casa Grande & Senzala*, afirmava que fora o estudo da Antropologia, orientado por Franz Boas, que lhe revelara “o negro e o mulato no seu justo valor — separado dos de raça os efeitos do ambiente e da experiência cultural”. Acrescentava que aprendera então a “considerar

fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar os efeitos de relações puramente genéticas e as de influências sociais, de herança cultural e de meio”. Foi sobre esse critério diferenciador que se assentava — afirma — o plano do livro, também no exame da diferença entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (Freyre, 1963, 5).

A partir da segunda edição, na qual aparece um índice de assuntos a ser repetido nas edições subsequentes, o termo **cultura**, sempre na acepção acima indicada, é registrado em dezenas de páginas.

Coube ao filósofo e jurista Miguel Reale fazer, ao tempo do aparecimento do livro, a única restrição a esse uso antropológico do termo, que ele considerava fruto de uma visão “naturalista” da vida social (Reale, 1985, 161- 166).

Um livro publicado cinquenta anos depois do surgimento de *Casa Grande & Senzala*, mostra bem a repercussão do ensaio no meio intelectual brasileiro. Foram reproduzidos e comentados, por Edson Ncry da Fonseca, 44 textos publicados sobre o famoso livro, em periódicos (três artigos por antecipação, 28 quando das primeiras edições e treze no décimo aniversário); as restrições e críticas negativas são poucas e quase sempre cercadas de ressalvas; de modo geral, o livro provocou, pela importância e novidade, admiração, encantamento e certo espanto (Fonseca, 1985, 13-31).

Na transição ocorrida nos anos 1930, assinalem-se as conseqüências positivas do início da formação acadêmica dos sociólogos, inicialmente na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (desde 1933) e depois na USP (desde 1934); a Faculdade Nacional de Filosofia, do Rio de Janeiro, ligada à antiga Universidade do Brasil, começou a funcionar em 1939. Para o desenvolvimento da disciplina, foi decisiva, conforme parecer unânime dos historiadores da vida intelectual, a vinda de conhecidos mestres americanos e europeus; alguns deles se dedicaram, nos anos subsequentes, ao estudo de facetas da sociedade brasileira.

No tocante à Sociologia da Cultura, deve ser lembrada, como fundamental, a influência de Roger Bastide. Tendo chegado a São Paulo em 1938, interessou-se, desde logo, pela interpretação das civilizações existentes no Brasil, bem como pelas questões de fronteiras entre formas de conhecimento e entre aspectos de realidade, entre os quais o dos contrastes étnicos (Queiroz, 1983, 9).

Maria Isaura Pereira Queiroz apresenta-nos, em minucioso ensaio, as contribuições de Roger Bastide aos estudos culturais brasileiros, especialmente nos campos das crenças e práticas religiosas, das artes e das relações raciais afro-brasileiras. Desarmado de pressupostos etnocêntricos, pôde aplicar-se ao exame dessas questões, à luz, simultaneamente, de pontos de vista metodológicos estabelecidos no Brasil e de contatos empáticos e diretos com os processos culturais em estudo (Queiroz, 1983, 10-43). O notável etnosociólogo francês abriu, com a curiosidade intelectual que o caracterizava, muitos caminhos a seus discípulos brasileiros (Cândido, 1967, 2110). Dentre esses discípulos, destaca-se a própria Maria Isaura Pereira de Queiroz.

No limiar da transição, em 1940, Fernando de Azevedo, o fundador brasileiro do Departamento de Ciências Sociais da USP (e um dos fundadores da Universidade), foi convidado a redigir uma espécie de introdução ao Censo Demográfico daquele ano, o qual haveria de realizar-se segundo avançadas diretrizes estatísticas. Desse convite e desse projeto resultaria o largo ensaio *A cultura brasileira*, marco na historiografia interpretativa do Brasil — um panorama da tradição intelectual (filosofia, letras, artes e ciências), das instituições sociais, da transmissão da cultura e das condições naturais e sociais em que se deu a trajetória da sociedade brasileira (Azevedo, 1941).

Ligado intelectualmente a Fernando de Azevedo, aluno da primeira turma da USP, Antônio Cândido trabalhou durante dezesseis anos como primeiro assistente da cadeira de Sociologia de que era titular o autor de *A cultura brasileira*. Era um tempo em que Cândido não havia feito a opção primeira pela Licenciatura: história literária; crítica, teoria e sociologia dos textos da imaginação criadora. Pode-se dizer que esse intelectual realiza de forma eficiente tanto a análise dos fatos da cultura enquanto erudição e conjunto de conhecimentos especializados, quanto no sentido de modo de vida.

No segundo caso, encontra-se a obra *Os parceiros do Rio Bonito*, apresentada à USP como tese de doutorado, em outubro de 1954. Aparece no contexto acadêmico em que estavam em voga os estudos de comunidade. É de supor que o autor tenha pensado em estudar, monograficamente, a localidade de Bofete, conforme se pode inferir da informação por ele mesmo expressa no ensaio sobre a Sociologia no Brasil, provavelmente escrito no início da década de 1950 (Cândido, 1975).

Na verdade, o livro é mais do que isso; põe em relevo uma visão dinâmica da vida social, faceta quase sempre ausente nos estudos de comunidade. Valendo-se da consideração dos meios de vida dos roceiros, examinam-se a sociabilidade e a cultura vigentes nos grupos caipiras, quer os observados em Bofete (lugar em que se concentra particularmente a coleta de informações), quer na mesma região, quer no interior de São Paulo em geral, quer, enfim, em qualquer parte do Brasil com igual formação histórica e o mesmo meio natural. Dados diacrônicos e séries estatísticas são utilizados, mas a perspectiva dominante, na interpretação, é sócio-antropológica.

O trabalho de Antônio Cândido, cuja motivação inicial era a de estudar uma forma de poesia popular, oferece contribuição valiosa para que se construa o conceito de cultura rústica, realidade que se pode tomar como uma das dimensões da cultura brasileira. Tal formulação decorre da utilização dos elementos empíricos colhidos na pesquisa de campo e sistematizados de acordo com o esquema teórico adotado, o qual inclui conceitos marxistas e percepções hauridas em trabalhos de ecologia humana.

Pensamos ser adequado considerar *Os parceiros do Rio Bonito* como um bom produto do ambiente intelectual paulista em que se verificou a institucionalização da pesquisa social; e também obra representativa, no campo

dos estudos culturais, do período em que a prática sociológica se afirma de forma definitiva no Brasil.⁵

PENSAMENTO SOCIAL E IDENTIDADE BRASILEIRA

A partir da segunda metade da década de 1950, multiplicaram-se as pesquisas sociológicas, ampliando-se a temática tanto nos estudos culturais, como nos demais campos do conhecimento especializado; por exemplo, as pesquisas sociológicas sobre aspectos da realidade econômica, levados a efeito pelo CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho), de São Paulo; ou os escritos derivados dos debates em prol da escola pública.

No setor que nos interessa no momento, fica difícil escolher um único livro representativo de cada uma das fases em que se poderia dividir, do ponto de vista do pensamento social, o conjunto das décadas recentes.

Deve-se a Roger Bastide uma obra de interpretação da sociedade e da cultura brasileira, *Brasil, terra de contrastes*, publicado inicialmente na França; escrito sob o ângulo da história política, o livro considera as configurações regionais significativas. Curiosamente, tal caracterização coincide, em grande parte, com a proposta de Manuel Diégues Jr., num livro editado logo depois, *Regiões culturais do Brasil*, elaborado consoante critérios da ecologia humana, da geografia e da história do povoamento, pelos diversos grupos étnicos ou combinações deles (Bastide, 1959; Diégues Jr., 1961).

O regionalismo cultural entraria novamente em voga à época do regime autoritário, em especial na década de 1970; um dos focos dessa retomada foi o Conselho Federal de Cultura, que encarou o assunto de forma idealizada, tradicionalista e conservadora. Vejam-se, a respeito, as considerações de Renato Ortiz (Ortiz, 1975, 2 vol.).

Para compreender a orientação dos estudos culturais na década de 1950 e até meados da de 1960, toma-se necessário remontar, ainda que de modo sumário, ao ambiente intelectual e político do Brasil e do mundo naqueles dias.

O processo de descolonização em larga escala, que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, desencadeou efeitos sensíveis nas relações internacionais — mudando a fisionomia política do mundo — e no plano das idéias.

Ocorrem agudas percepções do significado da relação colonial. Algumas são despertadas no contexto da crise de consciência que afetou países como a França, ante os conflitos desatados em antigos territórios coloniais, como foram os casos da Argélia e da Indochina. Os textos então aparecidos são de teor variado, incluindo análises antropológicas; por exemplo, os de Balandier. Estreitamente ligada à questão do colonialismo, encontrava-se a análise, por parte dos cientistas sociais, das aspirações dos países periféricos ao desenvolvimento, assim como dos correlatos projetos nacionais nessa direção.

Iguais preocupações estavam presentes no Brasil, por reflexo das idéias produzidas no exterior ou como resultado da consciência política alcançada por grupos de intelectuais.

Muitos destes se voltam para os temas da cultura, considerada no âmbito de debates e reflexões mais abrangentes, incluindo projetos políticos para a nação e princípios para o agir político-cultural. Tratava-se de movimentos de idéias, providas, respectivamente, pelo ISEB (Instituto Brasileiro de Estudos Superiores) e pelos Centros Populares de Cultura da UNE, no Rio, e o instituído em Pernambuco.

Cada um desses movimentos propôs sua própria concepção de identidade brasileira; ao privilegiar, do ponto de vista político, certos aspectos da cultura, cada um transformou a visão teórica numa idéia-força, num instrumento mobilizador.

O desdobramento fora dos círculos intelectuais — a repercussão dos princípios e projetos junto ao público — foi intenso; em termos relativos, talvez somente o movimento abolicionista tenha alcançado ressonância semelhante. Nas décadas de 1950-1960, havia não apenas a oportunidade do debate (as idéias dentro do tempo), mas também um horizonte receptivo e meios eficazes de divulgação.

Buscava-se a autenticidade cultural, na esteira da crítica ao caráter estéril e alienante da relação colonizador/colonizado. Era uma atitude que se exprimia no plano do conhecimento e no da ação, fortalecendo peculiar ideologia nacionalista. Não se postulava um nacionalismo segundo a vertente fascista, do orgulho nacional desmedido e fundado em algum mito, mas o da autodefesa econômica da nação, para que esta alcançasse o desenvolvimento das respectivas potencialidades.

A cultura popular, por sua vez, não assumia apenas a imagem de uma realidade em processo, com referências na tradição oral e em práticas não-verbais; paralelamente a isso, a cultura popular assumia a feição de atitude crítica ante a sociedade desigual, buscando pela ação dos intelectuais ampla participação do povo nas vivências oferecidas, cuja finalidade era o despertar da consciência política.

Num livro que relaciona, no curso da história contemporânea, as etapas do pensamento social brasileiro e as propostas sobre a identidade nacional, Renato Ortiz nos brinda com uma análise lúcida e equilibrada dos movimentos representados pelo ISEB e pelos Centros de Cultura. Mostra as raízes filosóficas e sociológicas a que ambos recorreram na construção das categorias básicas a serem utilizadas nos escritos e debates: o autor da análise procura refazer todo o caminho percorrido. Apesar de perceber contradições, limites e aspectos anacrônicos (em termos de hoje) apresentados pelas duas correntes, Renato Ortiz foi capaz de captar o sentido da ação que desenvolveram e as marcas que deixaram entre os intelectuais e no imaginário popular (Ortiz, 1986, 45-67; 68-78).

Nos últimos anos, vários sociólogos se dedicaram ao trabalho de estudar as questões da identidade nacional e das identidades regionais no Brasil; esses temas foram sempre associados a outros, como cultura brasileira, regionalismo e patrimônio comum da sociedade. Na década de 1970, coube a um historiador, Carlos Guilherme Mota, a tarefa de realizar levantamento das contribuições à definição de cultura brasileira; empenhou-se, especialmente, em apontar a natureza ideológica do conceito (Mota, 1977).

Os estudos dos sociólogos foram geralmente discutidos nos grupos de trabalho da ANPOCS. No momento, daremos notícias de dois deles: o livro acima referido, de Renato Ortiz, e o artigo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, intitulado “Identidade cultural, identidade nacional no Brasil”. Têm ambos o traço comum de recorrer à tradição do pensamento social; diferem um pouco no que tange à construção da identidade.

Depois de passar em revista como o assunto tem sido tratado entre nós, Renato Ortiz examina a formação do conceito de identidade. Parte da perceptível associação entre nacional e popular, termos que andam invariavelmente juntos nos escritos sobre essa matéria, sendo considerados por alguns como co-extensíveis.

Cultura popular e identidade nacional sempre foram vinculadas entre si, pelos estudiosos, desde Sílvio Romero até os dias recentes. O autor demonstra, baseado principalmente em formulações de Gramsci e Franz Fanon, como a interação do popular e do nacional se processa — e isso é evidente no caso brasileiro — em âmbito mais amplo representado pelo poder do Estado.

Utilizando-se de exemplos do culto afro-brasileiro e de práticas folclóricas, Renato Ortiz estuda a construção do conhecimento entre as comunidades que vivem a cultura popular. No caso do candomblé, recorre a texto de Roger Bastide, no qual examina, sob o ângulo da memória coletiva (Halbwachs), a sobrevivência de concepções africanas em comunidades negras do Brasil, que funcionam como “Africas em miniatura”. Esses grupos transplantam e sincretizam mitos e aspectos das cosmologias africanas. Em constante vivência, alimentada pela tradição oral e pelas relações estruturadas entre os componentes, esses grupos participam da memória coletiva, elaboram e repetem constantemente as pautas exteriores.

O mesmo processo não está presente quando se trata da memória nacional, que se constrói não à imagem dos mitos, mas na perspectiva histórica dos grupos dispersos e não necessariamente articulados; a perspectiva é da ideologia.

Renato Ortiz demonstra que, no caso da identidade nacional, o conceito, ao invés de derivar da interação grupai imediata, representa uma construção de segundo grau, formulada por intelectuais, que funcionam pela mediação simbólica. Daí a presença sucessiva de pensadores e de segmentos da *intelligentzia*, propondo concepções da identidade nacional (Ortiz, 1975, 127- 142).

Em seu artigo, Maria Isaura Pereira de Queiroz explora o mesmo assunto. Analisa dois momentos da história social e da história das idéias: a última década do século XIX e as décadas de 1920-1930.

No primeiro caso, discorre, principalmente, sobre as idéias e as pesquisas de Raimundo Nina Rodrigues, famoso médico radicado na Bahia, o primeiro autor a realizar estudos de etnologia e psicologia social no Brasil.

Ligado a cientistas europeus interessados, na época, na questão da “psicologia dos povos”, Nina Rodrigues, ao contrário daqueles seus colegas, não fez estudos teóricos mas levantamentos de dados a respeito de um tema crucial: o das práticas religiosas afro-brasileiras (simplicadamente expressas no nome *candomblé*) levadas a efeito por comunidades negras na Bahia.

Naquele momento, os estudiosos brasileiros, sob a influência de doutrinas européias, emprestam grande importância ao lado biológico (raça) nas relações entre grupos étnicos de origem diversa. Consideram que o lado “bárbaro” das populações não-brancas constitui obstáculo ao progresso e à preservação harmoniosa do patrimônio comum (material e espiritual) da sociedade.

Maria Isaura interpreta as concepções religiosas do *candomblé* (a autonomia dos terreiros, o sincretismo, a ausência da noção de pecado, o papel das pessoas revestidas de autoridade sacerdotal, a riqueza dos ritos) e discorre sobre a visão pessimista e temerosa dos intelectuais ante esse universo cultural, visão que acabou sendo absorvida pelos estratos superiores da sociedade. Depois da Abolição, aumentou a insegurança das elites em face da numerosa população de origem africana, cujos costumes e crenças, aí incluídas as ligadas ao *candomblé*, sofreram tenaz perseguição por várias décadas.

A autora argumenta que tal percepção das relações inter-raciais levava a negar a existência de uma identidade cultural e nacional, pois se considerava impossível reunir, na mesma totalidade, segmentos sociais e culturais tão discrepantes entre si. Não havia civilização por inexistir um quadro harmonioso.

O panorama, com a abertura de novas interpretações do Brasil, vai se modificando aos poucos. Por força do movimento modernista nas letras — especialmente por meio do pensamento e da ação de Mário e Oswald de Andrade —, os intelectuais passam a admitir uma identidade nacional, em cuja moldura coubessem partes contraditórias entre si; esses elementos díspares formavam, entretanto, uma original configuração da cultura. A articulista expõe depois o fecundo desdobramento das idéias modernistas.

Num aspecto relevante o raciocínio da Maria Isaura Pereira de Queiroz discrepa do desenvolvido por Renato Ortiz; ao invés deste, pensa não serem os intelectuais os únicos a construir a identidade pelo processo de mediação simbólica. Além do Modernismo, outro fato social contribuiu para o delinear-se de uma configuração cultural contida em unidade internamente heterogênea: a emergência da umbanda, notadamente no Rio de Janeiro, como nova forma composta de expressão religiosa brasileira. Esses dois fatos — decisivos,

segundo a autora, para a percepção da identidade — foram contemporâneos a modificações sociais de grande alcance na região Sudeste.

Outro ponto de vista defendido nesse texto é o de que, no exemplo brasileiro, identidade cultural e identidade nacional se tornaram expressões sinônimas, ao contrário do que ocorreu na Europa; ali, as guerras entre povos propiciaram um campo adequado ao nascimento de conceitos diversos: um deles significava o combate aos inimigos externos; o outro relacionava-se com a diferenciação interna da coletividade na totalidade nacional (Queiroz, 1989, 29-46).

É interessante notar que as divergências quanto a identidade não aparecem unicamente entre os pensadores que as engendram, mas também entre os que as comentam; aparecem mesmo quando estes últimos possuem percepções mais ou menos afins. É interessante assinalar ainda que ambos os textos ora resumidos e comentados valorizam a presença negra e os resultados da interação de etnias européias e africanas; ambos, aliás, citam estudos fundamentais de Roger Bastide.

Para concluir esta parte do ensaio, julgamos oportuno agregar o ponto de vista do filósofo Renato Janine Ribeiro, participante do mesmo Seminário realizado em Brasília, no qual expusemos oralmente as considerações ora apresentadas por escrito.

Estamos de inteiro acordo com a saudável relativização do conceito de identidade por ele proposto. Depois de referir-se à “sensação do vazio identitário” que, no Brasil, se procura muitas vezes eliminar, afirma que identidade não é uma positividade, mas um *construtn*; é também um referencial a ser tomado entre outros. Acrescenta que “cultura vive de diálogo”, inclusive aquele entre o que vem de fora e a “necessidade (...) de preservar o que em nosso país foi e é bem feito”; por último, cultura supõe angústia criadora, ruptura com a identidade (Ribeiro, 1992, 20).

PERSPECTIVAS

Na década de 1980, além de muitos acontecimentos no campo da política cultural (mais recuos do que avanços), assunto que está fora dos objetivos deste escrito, houve muito debate positivo e considerável produção de textos sobre cultura. Ao discutir diretrizes de política cultural para quando o país se democratizasse, o economista e historiador Celso Furtado, por exemplo, apresentou uma série de proposições, em uma palestra em Belo Horizonte, cujo texto depois se reproduziu em livro; nele discorre sobre as relações entre cultura e realidade econômica. Falava então das condições do desenvolvimento endógeno; afirmava que os momentos de crise requerem participação coletiva ampla nas discussões e tomadas de decisão; para que o Brasil se reconstruísse, tornava-se imprescindível a criatividade popular, identificada com a cultura (Furtado, 1984).

Tomemos agora dois trabalhos que versam temas panorâmicos da área em foco.

No início da década de 1980, o historiador da cultura Alfredo Bosi publicou um ensaio em que se analisam, do ponto de vista diacrônico e do momento então vivido, os vetores ideológicos na consideração da cultura brasileira; e também as “faixas” dessa realidade múltipla. Os vetores seriam três: a visão tradicional nos países de origem ibérica, auto-intitulando-se **clássica**; a visão modernizadora, mais recente, de natureza pragmática, dividindo-se em um veio tecnocrático e outro, nacionalista e populista; a visão do **discurso crítico**, que principalmente resiste, propondo alternativas, à segunda matriz de pensamento sobre a realidade cultural do país. Quanto às faixas, considerando a existência, no plural, de culturas brasileiras, estuda a cultura erudita (concentrada nas universidades), a indústria cultural e a cultura popular. Depois de examinar a dinâmica das relações entre essas faixas, descreve e interpreta as possibilidades da criação individualizada. O autor nos brinda com uma análise fina desse tema; por vezes, como no estudo da cultura popular, apresenta novos modos de ver o real. Mas o ensaio é bastante **datado**, levando em conta fatos do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. Seria extremamente útil que Bosi, com a sensibilidade e o conhecimento de que dispõe, atualizasse ou renovasse o estudo, aplicando o mesmo esquema à compreensão das conjunturas posteriores, já aliviadas do “entulho autoritário” e da opressão nas universidades (Bosi, 1985, 135-194).

No fim da década de 1980, Renato Ortiz edita um livro que trata especificamente da indústria cultural, eixo de que se vale para refazer o percurso da sociedade brasileira, em termos de consumo dos bens culturais, desde a década de 1940; e que trata ainda da emergência e consolidação da **cultura popular de massas** no Brasil. Era este um tema longamente relegado ao silêncio, por parte dos intelectuais, inclusive os sociólogos, pelas razões que o autor analisa.

Ortiz cuida agora, ao contrário da obra anterior que comentamos, não diretamente do pensamento social, mas das modificações que se efetuaram na sociedade do presente: sustenta que a modernidade já se encontra instalada e que o projeto de construção nacional realizou-se de modo pleno.

Oferece-nos um ensaio a um tempo historiográfico e sociológico; um texto moderno quanto ao referencial teórico e imaginoso nas interpretações. Mas foi construído com rigor; pela argumentação bem fundamentada em ampla soma de dados, supera o simplesmente opinativo e as especulações vagas a respeito de certos temas; por exemplo, o de saber se a cultura brasileira se uniformizou completamente (ou não) por efeito dos meios de comunicação de massa. É significativo que as informações utilizadas no livro tenham sido obtidas numa grande variedade de fontes documentais que abrangem todos os ramos da produção cultural e todos os níveis e formas de consumo desses bens.

O último capítulo se chama “Inconclusão”. É bom que tenha esse título: ele parece sugerir a ausência de certezas dogmáticas, a presença de questões ainda

em aberto e o prenuncio de que a moderna tradição brasileira não estará congelada no tempo, mas, ao contrário, sujeita a novas inflexões (Ortiz, 1988).

Este trabalho acabou por limitar-se a eleger algumas obras historicamente representativas no campo dos estudos culturais e a selecionar certo número de textos dedicados ao exame panorâmico da cultura brasileira; ficou-se na demarcação do mais ou menos sociológico ou do histórico-cultural; para ilustrar a idéia de que não há (ou não deve haver) divisões estanques quanto ao conhecimento, verificamos agora que os sociólogos brasileiros citados e comentados acima utilizaram-se invariavelmente da dimensão histórica e escreveram estudos muito próximos — limítrofes mesmo — da Antropologia Social.

A Sociologia da Cultura encontra-se institucionalizada nas universidades, quer como linha de pesquisa, quer como área de concentração em programas de pós-graduação, como é o caso da UFMG. A ANPOCS, por meio dos respectivos grupos de trabalho, desempenhou um papel catalisador, reunindo, para debate e reflexão, núcleos de pesquisadores de todo o país; promoveu também a publicação de textos relevantes. Já em 1981, houve um Seminário em Ouro Preto, para debate da temática da cultura brasileira.⁷ Gostaríamos de avançar mais na análise desse processo, mas a tarefa seria necessariamente incompleta, por não termos à mão, no momento em que redigimos este ensaio, os anais das reuniões da ANPOCS.

Além dos trabalhos historiográficos e das análises conceituais, há uma produção significativa de pesquisas sociológicas sobre manifestações culturais: nas artes, na literatura, nas ciências, na cultura popular. A abordagem sociológica sobre esses temas compete com muitas outras: as dos antropólogos, comunicadores, historiadores, filósofos, etc. É comum também que os sociólogos se utilizem — com proveito aliás — de métodos engendrados fora da Sociologia, como é o caso da semiótica. O levantamento e avaliação de todo esse material só seria possível pela consulta aos catálogos de teses e dissertações. No campo da história cultural têm-se produzido pesquisas de valor fora do âmbito universitário; a esse respeito, basta que se mencione de passagem trabalhos resultantes de projetos pela Fundação Vitae, de São Paulo, e os produzidos por jornalistas que levaram a um alto nível de rigor e de escrita a “reportagem investigativa”.

Será possível qualquer prospecção para o tempo vindouro, para o conjunto da década de 1990? Embora seja muito cedo para isso, permitimo-nos uma conjectura. É possível que os estudos culturais dos sociólogos se aproximem daqueles oferecidos pelos historiadores do imaginário. Um bom padrão é o do historiador Nicolau Sevcenko, pelo que tem escrito sobre literatura e sociedade no Brasil.

NOTAS

- 1 - Para o ponto de vista antropológico, consulte-se a exposição de Laraia, 1986. Antes de propor uma concepção sociológica de cultura, René Knig mostra as dificuldades nesse caminho, dentre as quais a influência da visão idealista, que postulava distinguir rigidamente os objetos das “ciências do logos” e das “ciências da realidade”, o que considera uma “insuportável artificialidade” (Knig, 1971, 115).
- 2 - As principais contribuições nessa matéria, até mesmo na definição da indústria cultural e análise do respectivo processo histórico, consulte-se o artigo de Renato Ortiz, 1986; para informação semelhante e notícia da recepção da Teoria Crítica no Brasil, veja-se Freitag, 1986, 65-85; 157-184.
- 3-0 conceito de sociedade global é desenvolvido por Georges Gurvitch (Gurvitch, 1958, 216-235).
- 4 - José Honório Rodrigues faz elogioso exame da renovação metodológica introduzida por Gilberto Freyre na historiografia brasileira (Rodrigues, 1965, 169-176).
- 5 - De igual importância, pelos achados e pelo caráter metodologicamente inovador nessa época de estudos é o livro de Florestan Fernandes, *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, 1961.
- 6 - A conferência de Celso Furtado foi pronunciada em Belo Horizonte, em 25 de abril de 1984. Deu-lhe o título de “Sete teses sobre a cultura brasileira”. Era um momento em que se articulavam as secretarias estaduais de Cultura e se propunha a criação do respectivo Ministério. O texto da conferência foi transcrito nos dois primeiros capítulos do livro *Cultura e desenvolvimento*, 1984.
- 7 - As comunicações apresentadas pelos membros do Grupo de Trabalho sobre Sociologia da Cultura Brasileira foram reunidas em volume, editado pelo CNPq, juntamente com as comunicações de outros grupos. É o primeiro volume da série *Ciências sociais hoje* (Almeida et alli, 1981).

RÉSUMÉ

Ce travail examine, d'un point de vue historique, des thèmes culturels dans la pensée sociale brésilienne. On tient compte, simultanément, des sources théoriques où se fondent les textes analysés. On discute le thème dans la perspective d'une sociologie de la culture qui prend en compte la diversité des aspects du système culturel.

On propose, d'abord, comme incluses dans la catégorie, les analyses conceptuelles, les études sur les manifestations de la structure sociale faites surtout dans l'optique de la dimension culturelle; les essais de caractérisation de la culture brésilienne.

On adopte une périodisation qui suppose des étapes dans lesquelles on a formé la pensée sociologique, en l'institutionnalisant et en la consolidant de façon définitive. Pour chaque moment on signale un ouvrage représentatif; on tient compte, successivement, de textes de Silvio Romero, Gilberto Freyre et Antônio Cândido.

On dédie une attention spéciale aux écrits sociologiques des Fernando Azevedo, Renato Ortiz e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

On discute, enfin, la perspective actuelle, les aspects théoriques et méthodologiques des études culturelles au Brésil.

ABSTRACT

This paper explains, under a periodical point of view, cultural themes on Brazilian social thought. It considers the theoretical basis in which the analysed texts are grounded. It also takes the issue under the standpoint of a Sociology of Culture which takes into account the diversity of aspects of cultural system.

Conceptual analysis, studies on cultural manifestations, interpretations of social structure under the view of cultural dimension, and essays on Brazilian culture are proposed.

For each period of the formation, institutionalization and consolidation of sociological thought, representative writings are pointed out such as those of Silvio Romero, Gilberto Freyre e Antônio Cândido.

Particular attention is given to sociological writings on Brazilian culture. It is considered among others those of Fernando de Azevedo, Renato Ortiz e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Finally, it discusses the current perspective of cultural studies in Brazil under theoretical and methodological aspects.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de *et alli*. *Trabalho e cultura no Brasil*. CNPq, Brasília, 1981.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo, 1941.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. DIFEL, 3ª ed., São Paulo, 1969. Bosí, Alfredo. “A cultura brasileira”. In: MENDES, Dumerval Trigueiro (org.). *Filosofia da educação brasileira*. Civilização Brasileira, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1985, p. 135-194.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Duas Cidades, São Paulo, 1975.
. “A Sociologia no Brasil”. In: *Enciclopédia Delta-Larousse*. Rio de Janeiro, 1967, pp. 1.107-1.123.
- DIÉGUES JR., Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, 1961.
- FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social em São Paulo*. Anhembi, São Paulo, 1961.
- FONSECA, Edson Neri da. *Casa Grande e Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Companhia Editora de Pernambuco, Recife, 1985.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1963.
- FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento*. Paz e Terra, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1984.
- GURVITCH, Georges. “Les sociétés globales et les types de leurs structures”. In: GURVITCH, Georges (org.). *Traité de Sociologie*. PUF, Paris, 1958.
- KNIG, René. “Cultura”. In: KNIG, René (org.). *Sociologia*. Enciclopédia Meridiano-Fischer, Lisboa, 1971.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1986.
- MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira*. Ática, São Paulo, 1977.
- MUNNÉ, Federico. *Grupos, masas y sociedades*. Editorial Hispano Europea, 2ª ed., Barcelona, 1974.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. Brasiliense, 2ª ed.. São Paulo, 1986.
. “A Escola de Frankfurt e a questão cultural”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, v. 1(1), 1986.
. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. Brasiliense, São Paulo, 1988.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Identidade cultural identidade nacional”. *Tempo Social*. Rev. Soc. USP, 1(1):29-46, 1º sem., São Paulo, 1989. ,
(org.). *Roger Bastide*. Ática, São Paulo, 1983.

- REALE, Miguel. “Um sociólogo naturalista”. In:FONSECA, Edson nery (org.). “Casa grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944”. Op. cit. (Artigo originalmente publicado em 1936).
- RIBEIRO, Renato Janine. “Cultura, identidade e diferença”. Revista Sociedade & Estado.
- RIVIÉRE, Claude. “Cultura”. In: BOUDON, Raymond *et alli* (orgs.). *Dicionário de Sociologia*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.
- RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. Fulgor, São Paulo, 1965.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Livraria José Olympio Editora, 7ª ed., v. 1, Rio de Janeiro, 1990.
- WHITE, Leslie A. *O conceito de sistemas culturais. Como compreender tribos e nações*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1978.

(RECEBTO PARA PUBLICAÇÃO EM OUTUBRO DE 1992)